



Prefeitura Municipal de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Marmeleiro, 21 de junho de 2022.

Processo Administrativo n.º 065/2022

Pregão Eletrônico n.º 042/2022

Parecer n.º 267/2022

Trata-se de parecer jurídico acerca do Processo Administrativo n.º 065/2022, na modalidade Pregão Eletrônico n.º 042/2022, tipo Menor Preço, para futura e eventual contratação de empresa para elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Concluída a sessão do Pregão, o procedimento licitatório foi encaminhado a esta procuradoria jurídica para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Verifica-se que esta Procuradoria Jurídica já se manifestou nos autos por meio do Parecer Jurídico n.º 170/2022, opinando pela regularidade da minuta do edital e da minuta de contrato, bem quanto aos aspectos da fase interna do pregão em tela.

Em relação à fase externa, observa-se que houve a devida publicação do Edital para a convocação dos interessados. Esta se deu na data de 03 de maio de 2022. A abertura do recebimento das propostas iniciou no dia 03 de maio de 2022, sendo o término na data de 18 de maio de 2022. A sessão de disputa de preços marcada para 18 de maio de 2022. Assim foi observado o prazo mínimo de 08 dias úteis, determinado pelo inciso V, do art. 4º da Lei 10.520/02.

O critério de julgamento do menor preço foi atendido, sendo aberta às licitantes a possibilidade de oferecer seus lances.

Superada esta fase e recebida a documentação de habilitação da empresa vencedora na forma prevista no Edital, a Pregoeira constatou a regularidade, sendo adjudicados os itens de acordo com a classificação.

Não houve interposição recursal.

Tendo em vista a condução feita pela Pregoeira e Equipe de apoio quanto à forma, conteúdo e atendimento aos preceitos legais e considerando que as propostas estão em conformidade com as exigências e requisitos especificados, manifesto-me pela homologação do presente certame.

É o parecer.


Ederson R. Dalla Costa
Procurador Jurídico



Marmeleiro, 22 de junho de 2022.

Parecer Controle Interno n.º 158/2022

O Processo em análise por esse controle é referente ao procedimento licitatório de n.º 065/2022 na modalidade Pregão Eletrônico n.º 042/2022, tipo “menor preço global do item”, objetivando a contratação de empresa para execução de serviços de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

DA ANÁLISE PROCEDIMENTAL

Em exame, quanto aos atos procedimentais na fase interna e externa verificou-se que:

Por se tratar de uma licitação para fornecimento de serviços comuns, o processo é analisado com base na lei n.º 10.520/02, e lei n.º 8.666/93, cuja aplicação é subsidiária nesta modalidade de licitação, a análise dos autos demonstra que o processo encontra-se instruído com as seguintes peças:

1. Houve requerimento e justificativa de necessidade da contratação;
2. Houve cotações de preços para apuração de preço médio;
3. O objeto a ser licitado foi devidamente especificado no termo de referência;
4. Há comprovação de existência de crédito orçamentário;
5. Há comprovação de adequação orçamentária e financeira;
6. O procedimento licitatório foi devidamente atuado;
7. Foi juntado edital e seus anexos;
8. Consta Parecer inicial da Coordenadora da Unidade de Controle Interno;
9. Consta Parecer inicial do Procurador Jurídico;
10. Consta Parecer do Sr. Prefeito autorizando a abertura do edital;
11. Existe Pregoeira designada na forma da lei;
12. O edital foi devidamente publicado no diário oficial, diário eletrônico oficial do município e mural de licitações junto ao TCE/PR;
13. Foi juntado ao Edital a lista dos itens conforme lançamento junto a plataforma COMPRASNET;
14. Foi juntado aos autos proposta de preços e documentação pertinente as habilitações;
15. A ata de Realização do certame está devidamente assinada pela pregoeira e equipe de apoio;
16. Foi juntado relatórios retirados do programa Compras Governamentais;
17. Existe termo de Resultado de Julgamento do certame;
18. Existe termo de Adjudicação ao vencedor do certame;
19. Consta parecer final do Procurador Jurídico;

CONCLUSÃO

Após análise das fases internas e externas do procedimento licitatório esta Controladoria, declara que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto para gerar despesas para a municipalidade.

Desta feita, considerando que o procedimento em curso está de acordo com a legislação vigente, encaminhem-se os autos para a Pregoeira deste processo, para a homologação e prosseguimento do processo.

É o parecer.


Luciana Arisi

Coordenadora da Unidade de Controle Interno